

## Luís Antônio de Oliveira Mendes e seu *Discurso Acadêmico*: um estudo sobre o tráfico de escravos parcialmente silenciado

“Autor”<sup>1</sup>

### Resumo:

O objetivo desse artigo é analisar o *Discurso acadêmico* de Luís Antônio de Oliveira Mendes, trabalho apresentado à Academia Real de Ciências de Lisboa em 1793. Seu texto trata da situação do tráfico de escravos naquele momento e busca as causas para a questão da mortandade dos escravos recém-introduzidos no Brasil, além de propor métodos para evitar essa mesma mortandade. Busquei compreender como a questão do tráfico de escravos – questionado desde o início do século XVIII – pôde ser compreendida por um membro de uma sociedade que havia muito encarava tal questão com naturalidade e dela dependia para sua própria existência. Realizei a pesquisa, portanto, com a intenção de contribuir para a história das idéias e das instituições. A partir de análise documental e discussões historiográficas, tentei identificar: os métodos que legitimam seu estudo; até que ponto Oliveira Mendes sintonizava com as tendências ilustradas de seu século; se há ou não antiescravismo em sua abordagem e, caso haja, quais são suas motivações; se o estudo do autor foi objeto de censura como a existência de duas versões distintas para o mesmo, publicadas no mesmo ano, sugere.

*Palavras-chave: academias científicas, antiescravismo, tráfico de escravos.*

### Abstract:

The aim of this article is to analyze Luís Antônio de Oliveira Mendes' “Discurso academico”, a study presented to the Academia Real de Ciências de Lisboa in 1793. His work deals with the situation of slave traffic at that moment and searches causes for the mortality of the slaves recently introduced in Brazil, besides offering methods to avoid that mortality. I intended to learn how the slave trade – under discussion since the beginning of the eighteenth century – could be comprehended by a member of a society that faced, for a long time, that topic as a natural phenomenon and much depended on it for its own existence. I made this research therefore with the intention of contributing to the history of ideas and institutions. From documental analysis and historiographical discussions, I tried to identify: the methods that legitimate the study here observed; how close is Oliveira Mendes to the illustrated tendencies of that century; if there is antislavery in his interpretation and, if there was, <sup>1</sup>which are its motivations; if his work object of censorship as the existence of two distinct versions for the same study, both published in the same year, suggests.

*Key-words: antislavery, scientific academies, slave trade.*

### Introdução

É verificado, no Ocidente do século XVIII, um grande debate acerca da legitimidade da escravidão e de seu respectivo comércio. A origem desse debate é diversa em vários sentidos. Assim, sob uma perspectiva religiosa, os quacres, nos Estados Unidos, condenaram a escravidão e demonstraram sua incompatibilidade com o comportamento cristão. Em meados do século, autores franceses do iluminismo questionaram a escravidão sob uma perspectiva moral e jurídica. Ao mesmo tempo, abundam na literatura inglesa apontamentos

---

<sup>1</sup> Aluno do segundo período do curso de graduação em História (Licenciatura) da Universidade Estadual de Maringá; o presente artigo é resultado de um projeto de iniciação científica (PIC-UEM) realizado entre os anos de 2010 e 2011 sob orientação do Prof. “Orientador” (DHI-UEM).

da ilegitimidade dessa instituição. Do mesmo modo, não tardou para que essa crítica assumisse um caráter econômico. Ao longo do século XVIII, portanto, a escravidão passou a ser também indesejável, despertando o tráfico de escravos horror a muitos que escreveram sobre ele.

Simultaneamente, Portugal passava por um processo de secularizações iniciado com a política pombalina. Assim, houve a expulsão dos jesuítas, a subjugação do Tribunal do Santo Ofício ao Estado português e a reforma da Universidade de Coimbra, que trouxe consigo uma pedagogia empirista. A escravidão nas colônias – não só naquelas de Portugal – e o tráfico de escravos, entretanto, permanecem intactos. No cenário intelectual português, a Academia Real de Ciências de Lisboa figurou como produtora de um vasto conjunto de textos de cunho científico que buscavam, em sua maioria, a resolução por meios práticos de inconvenientes do Império Português. Assim, os grandes temas discutidos por brasileiros membros da Academia foram a agricultura e a mineração, consideradas a partir de uma perspectiva essencialmente pragmática.

Oliveira Mendes, que nasceu na Bahia e se formou em Leis na Universidade de Coimbra no ano de 1777, escreve a partir desse contexto. Seu objetivo é buscar as causas do inconveniente da mortandade de escravos recém-introduzidos no Brasil e solucionar tal problema pela proposição dos respectivos métodos, para a qual o autor utiliza conhecimentos de medicina adquiridos na própria Universidade. A pesquisa se justifica na medida em que, por meio da discussão generalizada da situação do escravo, o autor permite a percepção de sua compreensão acerca dos fenômenos da escravidão e do tráfico de escravos, a partir da qual se podem estabelecer relações entre a produção de suas ideias e a realidade na qual elas são produzidas.

### **A obra**

*Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente accommettem os pretos recém-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil, etc.»* é um trabalho apresentado por Luís Antonio de Oliveira Mendes, baiano formado em leis pela Universidade de Coimbra, no mês de maio de 1793, em sessão pública à Real Academia de Ciências de Lisboa.

A publicação do discurso, porém, data de 1812 e é encontrada no volume quarto das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências, editada em Lisboa. Também, no ano seguinte, a obra foi publicada na Inglaterra pelo periódico *Investigador Português* (CAPELA,

1977). Utilizei três edições para o presente estudo, sendo que uma delas data de 1977 e foi editada no Porto pelas Publicações Escorpião, possuindo prefácio de José Capela e reforma ortográfica. As duas outras são publicações contemporâneas, que fazem parte das Memórias Econômicas supracitadas.

É importante observar que existem duas edições contemporâneas, ambas de 1812, distintas para o mesmo discurso: uma versão com sérios cortes que serviu de base para a publicação portuguesa de 1977 e outra que figurou em 1969 como um anexo à obra *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos da costa africana para o nordeste brasileiro*, de Antônio Carreira.

Inicialmente analisei a introdução ao texto feita pelo próprio autor, o que aqui exerce um papel também introdutório. A obra se inicia com o chamado “Discurso acadêmico ao programa”, espaço no qual é declarado o objetivo principal a ser perseguido por Oliveira Mendes. Devido a sua importância fundamental para a compreensão da obra, citei por completo o primeiro parágrafo do discurso:

*Determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas, e crônicas, que mais frequentemente acometem os Pretos recém-tirados da África: examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago; e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o. Tudo isto deduzido da experiência mais siza, e fiel (MENDES, 1977:21).*

Interessa deixar esse trecho em evidência uma vez que, aqui, o autor deixa claro o método por ele utilizado e que figura a ele como menção de grande relevância. Em seguida, este tece um auto-elogio quando afirma que, entre todas as obras publicadas pela Real Academia até aquele momento, nenhuma obra é mais digna de louvor que a sua. Para Mendes, sua especificidade reside no fato de que a obra consulta a múltiplos interesses:

*[...] porque ao tempo, em que ela (a obra do autor) compadecida se manifesta uma perfeita e verdadeira amiga desta porção mais desgraçada da espécie humana, consultando em geral os interesses dos Pretos recém-tirados dos Reinos Africanos para o Brasil, na preservação das suas vidas; consulta em particular os dos seus senhores, que, por efeito de compra, de contínuo arriscam o seu valor, e importância, que com aqueles se sepulta: e em comum os do Estado, que sabe, e pesa, que eles são tanto mais preciosos, quanto necessários para a estabilidade, e promoção da Agricultura, e das diferentes manufacturas nos Domínios do Ultramar; de cujos transportes continuados, fazendo sucessivamente girar o Comércio, e pôr em actividade a Navegação, se percebem avultadíssimos Direitos (MENDES, 1977:22).*

É, então, de acordo com o autor, a capacidade de alcance da proposta, que conciliaria interesses aparentemente antagônicos, o grande feito de seu discurso. Verifica-se, de início, que seu projeto é ambicioso: a idealizada modificação da estrutura do tráfico abarca uma série

de realidades distintas, mas convergentes, cujos agentes têm por certo a legitimidade de sua atividade e estão habituados a ela como tal, com todo seu cálculo econômico, sua dinâmica, enfim, sua ocorrência como um todo.

Depois da glorificação de sua criação, o autor apresenta brevemente a temática de cada uma das seis partes que compõe o seu estudo, insistindo na idéia de que suas reflexões derivam da mais “sizada e fiel experiência”, termos que aparecem da mesma forma nesse trecho como na primeira citação. De modo que os termos se repetem não só no discurso de apresentação, mas ao longo de todo o texto. Observa-se, já aqui, aquilo que é a origem da legitimidade metodológica da obra: o método empírico. Assim, o espírito que racionaliza para transformar constitui motivo de garbo para o autor luso-brasileiro.

A partir dessas duas citações, é possível inferir que enquanto o empirismo atua como legitimação metodológica, a idéia de “conciliação dos múltiplos interesses”, constitui legitimação ao mesmo tempo material e moral. Ela é material na medida em que é vantajosa economicamente para todas as partes envolvidas e moral na medida em que a concretização de suas propostas traria um alívio à “porção mais desgraçada da humanidade”, contribuindo o autor para o bem comum.

A fim de contextualização, apresento sinteticamente o conteúdo dessas seis partes que compõem o texto, que serão tratadas com mais atenção em seguida: pela ordem do discurso, paisagem natural e social africana, ritos sociais e meios de escravização, condições gerais do escravo do momento em que é aprisionado em terras africanas até o momento de sua venda no Brasil, doenças agudas que ordinariamente acometem os escravos, doenças crônicas que de ordem sofrem os escravos e, por fim, profilaxias cabíveis.

Entre a apresentação o quarto e o quinto capítulo, ainda na apresentação do discurso, o autor abre um espaço no qual demonstra duas de suas conclusões obtidas após a observação desses cinco itens. Cabe a citação:

*Neste lugar a seu tempo pela demonstração dos factos deduzidos, e tirados da mais fiel experiência, me verei obrigado a tirar as duas necessárias conclusões: primeira; que os Pretos, que da África são transportados para o Brasil, escapando a tantos contratemplos, inclemências, e infortúnios, podem ser chamados homens de pedra, ou de ferro. [...] Segunda; que a causa de toda a sua grande mortandade, e estrago, além das outras causas que menos concorrem, é o modo, por que são tratados; e que faz nascer a maior parte das suas moléstias: as quais cada vez mais vão crescendo, e levam os Pretos à sepultura (MENDES, 1977:23).*

Aqui o autor é claro: existe um problema – mortandade dos escravos – e uma causa – o modo pelo qual são tratados. Não existe, pois, nesse momento nem em outro ao longo do texto, uma discussão sobre a escravidão em sua essência. Discute-se principalmente uma

circunstância: escravos morrem porque são maltratados. Ao longo da exposição de ideias do autor, entretanto, é possível perceber certa confusão entre as questões de violência e da própria natureza do tráfico. Assim, o que inicialmente apareceria como duas coisas distintas, uma circunstancial (violência-mortandade) e outra não-circunstancial (natureza do tráfico de escravos e da escravidão), é transformado em ambigüidade, uma vez que o autor objetiva a partir de suas propostas o próprio fim gradual do tráfico de escravos, não sendo mudanças técnicas suficientes para lidar com tal questão, de modo que há outros problemas que envolvem o tráfico de escravos.

## **O autor**

De acordo com o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva, Luís Antônio de Oliveira Mendes nasceu na Bahia na década de 1750 - ou em 1748, segundo Rubens Borba de Moraes (Cf. COSTA E SILVA, 2002:252) -, mesmo local onde faleceu após 1817 de acordo com Moraes. No *Quinto Volume da História e Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa*, editado em 1817, há uma referência na seção de correspondentes da Academia na qual ele figura como correspondente da Bahia entre os outros de diversas regiões no mês de junho do mesmo ano. Ainda segundo o dicionário de Inocêncio, Oliveira Mendes tornou-se sócio-livre da mesma academia em sessão de 10 de novembro de 1824.

Ainda jovem, mudou-se para Portugal, onde se formou em direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1777. Lá também frequentou as aulas do curso de Medicina e Filosofia (Cf. SILVA, 1860: 218) ou de História e Química (BLAKE, 1899:354 *apud* COSTA E SILVA, 2002:252). Percebe-se de início seu interesse por diversas áreas do conhecimento, típico de sua época, das quais Mendes fez uso em seu numeroso conjunto de memórias e outros textos.

Durante muitos anos, exerceu a função de Advogado da Casa da Suplicação em Lisboa, da Nunciatura Apostólica e Câmara Eclesiástica sendo desconhecida a data de seu retorno ao Brasil . Sobre sua trajetória intelectual, Oliveira Mendes escreveu textos em diversos formatos e que tratam de assuntos de naturezas distintas tais como educação, agricultura, costumes, religiosidade, indústria, economia, poesia e saúde.

Entre seus trabalhos, cito alguns para melhor ilustrar as temáticas abordadas: *Descrição econômica da comarca e cidade da Bahia, a qual se termina com a tábua calculada das diversas espécies de seus habitantes, Memória sobre a criação de carneiros para que deles se possa extrair a lã tão fina e de fio tão comprido como a da Espanha e*

*Berberia*, obra premiada pela Academia, *Dicionário da língua africana com restrição ao reino de Daomé*, *Elogio histórico do senhor rei D. Diniz*, *O verdadeiro e perfeito heroísmo do homem* e *Memória sobre o sistema que se deve observar para a perfeita extração da tinta do pau-brasil*, etc., também recitada à Academia. Observa-se, assim, uma participação considerável naquela instituição uma vez que, além de ter várias obras apresentadas, sua presença efetiva cobre um período que ultrapassa uma década. Seus vínculos com a Academia, por sua vez, estendem-se até os anos 1810.

Oliveira Mendes também foi pai de Clemente Alvares de Oliveira Mendes e Almeida, baiano que, a exemplo do pai e de toda uma geração, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Almeida foi o primeiro Cônsul Geral do Império, exercendo tal cargo em Lisboa em 1826 e nos anos seguintes. Nessa mesma década, escreveu um *Memorando sobre os fatos ocorridos em Lisboa relativos à Independência do Brasil*, divulgado pelo Arquivo Nacional no ano de 1903. Também é possível saber que o filho do nosso autor foi membro do IHGB, como consta na relação de membros do instituto presente no trigésimo primeiro tomo da revista trimestral, publicado em 1878. Nela, há referência ao “Dr. Clemente Alvares de Oliveira Mendes e Almeida”, correspondente no ano de 1841.

Considero importante mencionar alguns aspectos da vida de seu filho uma vez que tais informações são capazes de revelar a posição social da família de Oliveira Mendes. Esta se torna evidente a partir da referência feita por Mendes e Almeida, no memorando, a seu tio “Marquez de Santo Amaro”, diplomata de grande importância que, entre outros feitos, presidiu a Assembléia Constituinte, posteriormente dissolvida por D. Pedro, e de forma inédita o Senado Brasileiro. Ora, tal vínculo familiar denota o prestígio social de Oliveira Mendes, que foi capaz de estabelecer tais vínculos com a família de um dos grandes nomes da política nacional de sua época.

Sobre o conjunto de estudos realizados, o dicionário de Inocêncio lista 30 obras de Oliveira Mendes, enquanto o de Blake lista 42 obras. Além da memória aqui estudada, segundo Inocêncio, foram impressas duas outras de autoria do luso-brasileiro: *Memória analítico-demonstrativa da máquina de dilatação e contração* e *Tentativas, ou Ensaios, em que tem entrado o autor da máquina de dilatação e de contração, e da memória analítico-descritiva dela*, ambas de 1792.

Aparentemente, o manuscrito original do *Discurso* não é mais encontrado atualmente entre o conjunto documental do autor pertencente à Academia de Ciências de Lisboa, uma vez que não há menção ao mesmo por parte de nenhum daqueles que estudaram o texto ou, quando há, menciona-se justamente sua ausência. Talvez ele tenha desaparecido junto aos

documentos caçados à casa de Mendes e Almeida quando de suspeitas políticas que o envolviam durante o período em que a questão da independência causou incômodos entre a classe política portuguesa.

### **O luso-brasileiro e a África: o negro antes e depois da escravidão**

O primeiro terço do *Discurso* corresponde, entre outras, às ideias de Oliveira Mendes acerca do homem africano antes de entrar na “lastimosa situação” de escravo. Seleciono essa temática em especial uma vez que a análise da mesma é capaz de ilustrar uma interpretação do autor que justifica seus argumentos em relação às causas da mortandade durante a jornada até o Brasil e ainda depois disso. Nesse momento da obra, o autor considerou aspectos como condições de saúde, vestes, alimentação, relações familiares, tecnologia e o que seria um nível de civilização, traçando no final um quadro conclusivo sobre o bem-estar do seu objeto de estudo. Assim, apesar de os negros viverem no “centro da barbárie”, praticarem a “poligamia dos povos incultos” e viverem em um ambiente natural hostil, ainda desfrutam de “perfeita saúde”, vivendo a “satisfação plena”, a “completude”.

De modo que, a partir dessa interpretação, o autor aproxima suas ideias a uma noção de bom selvagem, comum aos abolicionismos francês e inglês de seu século, e satisfação. Toma forma esta última idéia na medida em que, apesar do clima “ardentíssimo” e do uso de águas “péssimas”, “estagnadas”, gozam de “perfeita saúde”, sendo “proporcionalmente menos acometidos das grandes e cruéis enfermidades”. Por sua vez, o conceito de bom selvagem se aplica na medida em que, embora “inculto”, “no centro do gentilismo”, são “resolutos, dóceis, sizudos e de boa fé” e também fazem questão de partilhar o pouco alimento do qual dispõem. Em tudo a que se entregam, prossegue o autor, são “extremosos e constantes”.

Ainda no segundo capítulo, o autor trata do aparato judicial, leis e direitos em relação à escravidão em terras africanas. Segundo Oliveira Mendes, nessas terras, a instituição servil configura-se como pena máxima. Ele também observa que são seis os modos pelos quais o homem perde a liberdade, sendo quatro lícitos e dois ilícitos. Esse trecho da obra é interessante uma vez que o autor coloca em prática seus conhecimentos jurídicos, estabelecendo comparações entre leis africanas e leis romanas, nas quais, para ele, as primeiras apresentam resquícios das segundas em certos casos.

A partir da análise dos dois capítulos iniciais, portanto, é possível afirmar que o autor visualiza as condições de saúde, incluindo aí questões psicológicas, de forma positiva. Isso é

verificável na medida em que ele afirma que o escravo, em seu habitat e de acordo com os seus costumes, “sempre estão a cachimbar, e cheios de prazer, porque então nada lhes falta; é onde fazem as suas cantinelas, e festins [...]”. Finaliza-se, assim, a interpretação de Oliveira Mendes sobre o africano antes de ser escravizado. Nos parágrafos seguintes do Discurso, a tônica de suas observações se inverte, não economizando o autor em palavras para denunciar toda a precariedade, crueldade, tirania e sadismo que, segundo ele, circundam o escravo durante os primeiros momentos de sua caminhada na escravidão.

Quanto a esse primeiro momento, uma vez perdida a liberdade, o escravo se torna sujeito aos “primeiros inimigos da humanidade”, também chamados pelo autor de “tiranos”. Após esse ataque inicial, o autor faz duas constatações. A primeira é que o homem escravizado perde a liberdade, que é tudo “de bom e aprazível” que antes possuía, tornando-se “da espécie humana o mais infeliz”. A segunda constatação demonstra o quão árdua é vista pelo autor a situação daquele que é escravizado, chegando a fazê-lo comparar essa situação ao “extermínio de Adão lançado fora do Paraíso!”.

Também nessas primeiras linhas Oliveira Mendes introduz os movimentos do tráfico e seus personagens, que, no caso dos escravos, sofrem “mil inclemências”. Sobre as instalações em que permanecem os cativos, o trecho seguinte é explícito no sentido de o autor buscar difamar as condições vividas pelos escravos durante o tráfico por meio de uma dramatização que enfatiza uma ausência de infra-estrutura:

*Esta jornada trabalhosa e cruel dura pelo espaço de 1 a 6,7 e 8 meses. Nela, não bebem água quando querem, só quando vencem a distância dos charcos e das lagoas. Acampam-se onde lhes destina o Funidor ou Sertanejo. A sua cama é o chão. O teto da casa o Céu; e o lençol com que se cobrem são as folhas das árvores, que nem chegam, nem cobrem a todos. A cacimba destila e chove sobre eles. O seu travesseiro é o tronco das árvores e os corpos dos outros. [...] os comboiados cansados e maltratados estão mais para dormir e morrer do que para resistir [...] (MENDES, 1812:24).*

A linha descritiva de Oliveira Mendes segue a mesma para os momentos seguintes da viagem do escravo. Assim, a situação nos portos, onde os escravos são colocados em pátios seguros para evitar a fuga dos mesmos, é precária. Os alimentos são de péssima qualidade, quando não nocivos, e o cativo come somente o suficiente para não morrer. De lá, os escravos embarcam em navios superlotados – apesar de haver regulamentos aprovados pela Coroa sobre esse tipo de situação – e também de péssima infra-estrutura, os quais carecem de sistemas que garantiriam uma boa circulação de ar, sem a qual os escravos ficam sujeitos a enfermidades. Pela situação do ar, que é doentio, nos navios, o autor chega a dizer que “falta tudo, muito mais que em terra”. Nessas condições, diz o autor, “depois de alguns dias de viagem, se entra a deitar a escravatura ao mar”.

O próximo espaço descrito é aquele vivenciado pelo escravo quando chega ao Brasil. Ao contrário do que poderia imaginar o escravo, diz Oliveira Mendes, ele não encontra um “dia de triunfo, de glória e de prazer [...]”. Ele não encontra, ao entrar “no Cristianismo, no centro e na unidade da Igreja”, senão mais desgraças. Na “terra da abundância, onde tudo é barato”, a carestia para o escravo é a mesma. Conduzido à casa comum de um senhor, o cativo é exposto para a venda e, à noite, repousa em um “grande armazém térreo, que fica por baixo da propriedade senhorial”. As enfermidades não desaparecem e “pela maior parte assim como vivem, morrem ao desamparo”.

É interessante observar que os parágrafos seguintes do texto, que fazem referência a situação da acessibilidade médica do escravo, foram em grande parte excluídos na versão reduzida. Esses são trechos em que Oliveira Mendes acusa médicos de “insensibilidade, para não chamar irreligião”, uma vez que alguns não atendem os escravos por estarem convencidos de que tal tipo de atendimento fosse desonroso. Tais sentimentos são “perversíssimos e desumanos” e se estendem também aos cirurgiões.

### **Problemas e soluções**

Nos capítulos seguintes, os temas adotados pelo autor são respectivamente doenças crônicas e doenças agudas que afetavam os escravos. Como o recorte desse trabalho é relacionado à questão do modo de pensar do autor em relação à escravidão e não sobre realidade africana em si e também função da própria insuficiência de espaço para tal discussão, não faço aqui a apresentação dessas doenças.

No capítulo sexto, o autor apresenta os meios necessários para o tratamento e cura das enfermidades que envolvem os escravos. Uma vez que a origem das doenças é geralmente creditada à precariedade da infra-estrutura, assim como às constantes mudanças de ambiente vivenciada pelo cativo e, principalmente, ao mau trato por ele recebido, as medidas propostas por Oliveira Mendes tem em sua essência a idéia de melhoria dessa infra-estrutura e a mudança em relação ao tratamento do cativo no sentido de evitar os choques derivados dessa mudança de ambiente.

Assim, ele propôs o tratamento com “brandura e agrado” desde cedo para combater o banzo, a presença de “curadeiros [...] a todo custo”, a pausa durante as viagens de modo que um dia fosse de “marcha e outro de descanso”, o carregamento constante de água e alimentos – acomodados ao gosto do escravo – para combater a mudança de ambientes, o corte das fazendas levadas para a troca no intuito de fazer dela uma espécie de cobertor, o corte de

“algum mato” para usá-los como cama, o uso dos próprios escravos para a caça de alimentos para todos e, nos portos, o uso de melhores alimentos com os escravos assim como o melhor preparo daqueles. Nos trechos seguintes, a tônica das propostas do autor não se altera, havendo propostas semelhantes em relação aos espaços dos navios – reorganização da estrutura para uma melhor circulação de ar – e dos lugares em que o escravo se encontraria no Brasil.

A melhoria do trato em geral – alimentos e vestes – e o uso da medicina, portanto, seriam capazes de combater com eficácia o problema da mortandade dos escravos. Outra proposta importante para o autor é a diminuição do número de escravos negociados: a melhor condição de saúde garantiria ao negociante um preço maior pelo escravo e compensaria seus gastos com o mesmo e a diminuição geral das vendas, podendo até ser maior sua lucratividade, como demonstra Oliveira Mendes a partir do exemplo de Raimundo Jalama, negociante de escravos conhecido pelo autor.

Segundo o autor, essa questão é mal compreendida pelos agentes do tráfico, que seguem o princípio de vender sempre o maior número de almas, crenes de que qualquer aumento de gastos geraria prejuízos para si. Esse comportamento dos negociantes gerou várias críticas por parte do luso-brasileiro, que faz dessa questão um de seus pontos-chave de seu trabalho. Isso ocorre apesar de resultados demonstrarem o contrário, enfatiza Oliveira Mendes, apontando que a “experiência como melhor mestra de tudo” desengana aos teimosos. A proposta de diminuição do número de escravos vendidos também se justifica a partir da informação, apresentada no *Discurso*, de que o índice de mortalidade durante o tráfico chega, em certo caso, a cinquenta por cento e deriva da precariedade vivida pelos escravos.

A partir da análise dos capítulos acima mencionados é possível inferir certo sentido no qual se move o autor: revisar por meio da razão aquilo que é visto como um processo que ocorre de modo desordenado e que gera sérios prejuízos de várias ordens, o que aqui é representado pelo tráfico de escravos. Busca-se viabilizá-lo sob uma égide racional e princípios morais, sendo a realidade objeto direto da transformação humana. No momento em que Oliveira Mendes escreve, fins do século XVIII, o homem já se enxergava com o direito de transformar a realidade consultando somente a si mesmo ou delegando a razão boa parte da direção da tomada de decisões. Ele escreve em uma sociedade que já havia estabelecido uma associação entre *poder e saber* (Cf. CAVALCANTE, 1995:60).

## **O silêncio no discurso**

Como já mencionado, existem duas versões conhecidas da obra de Oliveira Mendes aqui analisada. Tal observação já foi feita por Robert Slenes, que também pesquisa a origem dessa incompatibilidade nas duas edições citadas (Cf. ODA, 2007). Infelizmente, tal origem ainda não é clara para aquele que estuda o *Discurso*. Podemos, no entanto, observar alguns elementos comuns aos trechos ausentes na versão reduzida e tentar compreender essa situação.

Tais trechos, é possível afirmar, foram selecionados sistematicamente, uma vez que eles não formam, por exemplo, um capítulo que pudesse ter sido perdido por completo ao acaso, mas estão espalhados ao longo de todo o texto. Por vezes, esses trechos se apresentam sob a forma de um simples termo, uma frase ou vários parágrafos, seguidos ou não. A maior parte dos trechos ausentes se relaciona àqueles que se destacam ao longo do texto por seu caráter de ataque direto ao comportamento de agentes da escravidão. Assim, um grande número de trechos que trazem o termo *tiranía* e seus derivados para representar tais agentes em geral e suas ações foram omitidos.

Quando Oliveira Mendes trata da situação dos escravos nos portos, um parágrafo em que ele compara o trato por eles recebido como o de “simples animais, esquecidos de toda da natureza humana” foi integralmente excluído. Do mesmo modo ocorreu com os termos *miséria, opressão, indignância, crueldade, nossos semelhantes desgraçados* sobre os escravos e sua situação e com os termos *rudes ou ambiciosos, perseguidores da espécie humana* em relação aos capitães de navio. É importante, para exemplificar a quantidade de alterações em relação ao texto completo, ficar claro que as omissões citadas são apenas parte delas e encontram-se em somente um dos capítulos do *Discurso*, repleto de omissões em sua totalidade.

Mais adiante, no capítulo em que o autor trata do escravo no Brasil, há a omissão de um parágrafo em que ele comenta os castigos utilizados pelos “tiranos (que) fazem divertimentos da crueldade” com os cativos. Entre esses, o autor afirma que viu torturas que fizeram “correr pelo chão o sangue dos meus semelhantes”, também “os ossos escarnados pelos açoites” executados por tiranos que passaram impunes. Como previamente afirmado, um longo trecho de crítica à situação do atendimento médico foi suprimido.

Se há uma diferença essencial entre as duas versões do texto, ela é verificada em seus últimos parágrafos. Enquanto na versão reduzida as reflexões finais do autor englobam somente a questão da influência do mau trato para a morte dos escravos, resposta para o programa da academia, a versão estendida envolve, além da questão já citada, outra de cunho político: a sugestão de uma “lei municipal”. Esta teria como regra geral a alforria para o

escravo que contasse dez anos de escravidão em sua “vida civil”. Sua finalidade seria evitar a hereditariedade da escravidão, encarada como injusta por Oliveira Mendes. O escravo compraria sua liberdade por meio de uma soma de rendas, obtidas ao longo da escravidão, que seriam entregues a seu respectivo senhor “como em um cofre”.

Também seria libertado, em função de um segundo capítulo da lei que derivaria das chamadas Leis Pátrias, o escravo que comprovasse perante um magistrado que seu senhor o “tratava com tiranias, matando-o à fome, não lhe dando o preciso vestuário, não o curando nas enfermidades e procedendo indiscretamente, sem causa a açoites”. O terceiro capítulo da lei determinaria que voltasse à escravidão o libertado que não se apresentasse, depois de um ano e meio, a um magistrado garantindo que estivesse assalariado. O valor arrecadado com a sua renda seria utilizado para libertar aqueles escravos que “nos testamentos foram deixados meio forros, a quem chamam *cortados*”. Com o emprego desses escravos, todos lucrariam, explica Oliveira Mendes:

*[...] o preto servil vestia-se e curava-se à custa do seu ordenado e despedia-se de seu amo quando bem o não tratasse e não o sustentasse: o amo muito mais lucrava, porque primeiro não empata o fundo e o capital do escravo e não corra o risco do fôlego. [...] Deste modo, viria a libertar-se o Brasil de mais de dez mil vadios e ociosos que servem de peso às famílias [...]. Estes são os lenocistas, os aliciadores das filhas famílias; são os roubadores para sustentar os vícios; são os matadores para sustentar o capricho e a presunção (MENDES, 1812:80).*

O quarto capítulo da lei determina que o escravo e escrava casados que tivessem quatro filhos seriam automaticamente alforriados, equivalendo economicamente os filhos o valor dos pais. A criação dos filhos, porém, seria feita por aqueles e a escravização destes só ocorreria a partir dos dezoito anos. O quinto capítulo se relaciona à libertação da escrava que “provasse estar na mancebia com o senhor”, assim como dos filhos que se originaram nesse tipo de relação. Tal medida se justifica, segundo o autor, na medida em que ela evitaria o abuso de senhores que vendiam suas parceiras escravas para comprar outras com o mesmo intento. O sexto e último capítulo se refere à premiação do escravo forro que tivesse, entre “varões e fêmeas”, dez filhos. Tal premiação ocorreria por meio da entrega de um ex-escravo que não provasse estar assalariado no devido prazo àquele que, tendo tal número de filhos, agisse no sentido da “propagação dos pretos livres”.

Se colocado em prática, a lei viabilizaria, segundo o autor, a existência de vinte mil “homens pretos livres” que supririam a necessidade dos estabelecimentos e, ao mesmo tempo, representariam uma resistência ao tráfico de escravos. A premiação da propagação de negros livres, completa Mendes, faria com que “dentro de poucos anos” fosse extinta a dependência

do transporte de escravos: eis o “triunfo eterno, e sempre plausível à humanidade, com desterro perpétuo da tirania”.

A aplicação da lei por si elaborada figura, portanto, para o autor como um meio eficaz para eliminar de uma vez por todas o problema da mortandade de escravos. Para isso, entretanto, seria necessário tocar a o cerne do contexto: a vinda dos cativos. Ora, se não há a vinda destes, não há um problema de mortandade. Assim, o autor vai além de uma proposta que visa à transformação da situação geral dos escravos durante o tráfico, idealizando a extinção do mesmo.

Outra supressão no texto é verificada no momento em que o autor trata da doença crônica do banzo. Nesse sentido, Oliveira Mendes apresenta o caso de uma escrava que, juntamente de sua filha pequena, em terras brasileiras, apresentava uma série de efeitos da doença como a recusa para comer e o desolamento, de modo que seus olhos “eram dois rios”. Com o passar do tempo e a persistência de sua situação, a escrava veio a falecer. O autor comenta que à filha dessa escrava chamaram *Lucrécia*, o que, de acordo com Robert Slenes como comentado por Oda (2007:354), é uma menção à personificação feminina do amor e da constância no imaginário europeu da Antiguidade. Na versão reduzida, não existe a referência ao nome citado.

Supondo que a versão reduzida seja de origem posterior, enquanto a maioria das diferenças entre os textos possui caráter negativo – palavras ou trechos inteiros que simplesmente não estão presentes –, observa-se nessa versão a interessante inclusão de duas notas de rodapé que não figuram entre as outras da versão estendida. Uma delas, logo no início do texto, apenas afirma que a experiência médica da qual o autor trata é doméstica e não clínica. A outra, na penúltima página, no entanto, toca em um assunto de suma importância para o tema: considerações morais a respeito da escravidão. Cito-a na íntegra: “Assim como se omite o que neste Discurso poderia dizer-se de considerações morais: mas deve ler-se o P. Vieira nos Sermões 14º, 20º e 27º do Rosário”.

Ora, na versão estendida, não há sequer um momento em que o autor se preocupa em legitimar o tráfico de escravos sob uma perspectiva religiosa. Muito diferente disso, o autor clama aos Céus pelo fim do mesmo. Também se essa nota fosse presente na versão estendida, não haveria motivo aparente para sua supressão. Isto se explica uma vez que, considerada a importância do discurso do Padre Vieira enquanto elemento de sustentação do tráfico de escravos, tal nota tem seu sentido justamente na suavização do discurso tal como observado na omissão de partes do texto.

Há mais para as suspeitas da verdadeira autoria dessa nota: a própria ideia de resgate de escravos é criticada por Oliveira Mendes na *Memória sobre os costumes*, o que se não denota uma mudança de opinião do autor em relação ao tráfico, traz à luz a possibilidade de não ter sido sua a autoria da nota citada. Não acredito na primeira possibilidade uma vez que, em 1806 – data de apresentação à Academia da obra supracitada –, portanto antes da publicação do *Discurso* e de uma possível adição de sua autoria ao texto, Oliveira Mendes deixa claro seu descontentamento com o tráfico. Para ele, o tráfico é necessário na medida em que promove a estabilidade e o progresso econômico do Império Português, mas não se justifica a partir de uma perspectiva religiosa e deve ser evitado.

Como o próprio Mendes comentou no final de sua obra, por isso pediu perdão à Academia e ao público que presenciou o discurso, ele transgrediu os limites de “escritor, confundindo estes ofícios com o de legislador”. Associada essa transgressão ao campo extremamente delicado em que legislou – a alteração do estatuto da escravidão –, não se torna tão misteriosa a edição de seu texto, ocorrida provavelmente em 1812. Enquanto o *Discurso* se restringe a uma apresentação em sessão pública à Academia, o número de pessoas influenciáveis por sua ideia é consideravelmente menor do que aquele após sua publicação, daí talvez a intenção em suavizar suas ideias como ocorreu por meio da supressão de longos trechos do texto: no total, a diferença entre um texto e outro é de dezoito páginas.

O fato de sua obra ter sido, ao que tudo indica, censurada revela aspectos interessantes da preocupação verificada em Portugal sobre como deveria ser interpretado o tema da escravidão em fins do século XVIII e inícios do século XIX. Essa preocupação é visível a partir da recusa da Academia de Ciências de Lisboa em publicar a obra *Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África*, de Azeredo Coutinho. Nessa obra, o autor buscou desconstruir argumentos de iluministas baseados do Direito Natural que combatiam escravidão e, ao mesmo tempo, legitimar o tráfico de escravos. Coutinho o faz partir de sua compreensão de que as sociedades devem reger seu funcionamento de acordo com suas próprias circunstâncias, não devendo ser certos princípios colocados acima daquilo que garantiria o maior bem ou o menor mal de cada sociedade. No caso do Império Português, o tráfico de escravos era, assim, necessário para a sobrevivência daquela sociedade e, portanto, deveria ser mantido (Cf. COUTINHO, 1966).

Em fins do século XVIII essa obra escravista de Azeredo Coutinho não obteve espaço entre as publicações da Academia de Ciências de Lisboa – sendo publicada em francês na cidade de Londres em 1798 – (Cf. HOLANDA, 1966:47) o que indica uma preocupação de seus dirigentes em não divulgar tal material de cunho radical. Pouco mais de uma década

depois uma obra que carregava sentido oposto a de Coutinho se não foi recusada, também não encontrou liberdade em seu espaço de publicação. Falo, naturalmente, do trabalho de Oliveira Mendes, que teve suas pontas de radicalismo cortadas, restando uma crítica suavizada e de sentido predominantemente técnico em detrimento de seu sentido político como também havia sido proposto pelo autor.

Considerados esses dois momentos distintos e as duas interferências na divulgação de ideias sobre o tráfico de escravos e escravidão, observam-se, portanto, certas tendências conservadoras por parte daqueles que eram responsáveis pelo controle do que deveria ser dito ou não dito em Portugal, sejam eles membros da censura oficial ou não. Nos dois casos observados eliminou-se o elemento do radicalismo independentemente do viés das propostas, se escravista ou antiescravista. Assim, não interessou, nesses dois casos, o imobilismo de Coutinho do mesmo modo que o progressismo de Mendes. A postura ideal seria, assim, naquele momento, conservadora como bem ficou traçada na obra reduzida do baiano. Propõe-se uma humanização do tráfico de escravos, não mais do que isso. Assim, salienta-se a necessidade de reformas de um comércio que gerou pressões diplomáticas no sentido de sua extinção em inícios do século XIX, momento de publicação da obra aqui destacada. Elimina-se, no entanto, a divulgação de propostas de medidas práticas um tanto quanto radicais, cujas interferências poderiam alterar bruscamente o funcionamento daquela sociedade, que muito dependia do tráfico de escravos e da mão-de-obra destes.

### **Reforço do tráfico de escravos ou antiescravismo?**

Diferentemente dos autores do abolicionismo, a proposta atendida por Oliveira Mendes não é fazer um ataque direto à escravidão por meio de uma demonstração sistemática de raciocínios que tornem ilegítima a instituição servil. Isso é evidente na medida em que, ao distanciar-se de um plano abstrato de discussão e atender a um programa proposto pela Real Academia, ele tem de buscar repostas para inconvenientes do Império Português que acabam por delinear o recorte temático de seu estudo. Daí a postura metodológica desse estudo exigir a busca de seu posicionamento em relação à escravidão nos detalhes do *Discurso* e também com o auxílio de outras de suas obras e estudos sobre estas que possam elucidar sua compreensão acerca do tema.

Assim como não encontramos no texto analisado essa discussão sistemática sobre a ilegitimidade da escravidão, não o encontramos em outros textos contemporâneos que trataram do mesmo tema. Marquese (2004) explica a ausência de uma produção sistemática a

respeito da escravidão – de cunho antiescravista ou não – a partir da heterogeneidade dos senhores de escravos no Brasil daquele momento, em contraposição a concentração servil no espaço e também na propriedade de poucos latifundiários nas Antilhas, que possibilitou tal produção literária. De modo que a dispersão da grande lavoura na América Portuguesa impediu uma homogeneidade que permitisse a produção de textos que tratassem da administração dos escravos. O autor também considera questões culturais que não favoreceram o surgimento de tal literatura como “limites estruturais à difusão de textos impressos (proibição de imprensas na colônia, censuras metropolitanas, ausência de um público leitor)” (MARQUESE, 2004:185).

Assim, enquanto no caso antilhano pode ser observada uma resposta ao aumento das tensões em relação à escravidão em fins do século XVIII, no caso brasileiro, os textos sobre o tema figuram como uma “expressão ‘local’ do ideário sobre a administração de escravos surgida no espaço atlântico” naquele momento cuja finalidade era buscar a recuperação da dinâmica da economia dessas mesmas colônias (MARQUESE, 2004:184).

A meu ver, entretanto, a distinção de natureza entre o texto de Oliveira Mendes e as obras abolicionistas do século XIX, assim como a ausência de um movimento antiescravista, não apagam no *Discurso* seus tons antiescravistas. Estes são presentes não somente nos momentos de ataque ao tráfico, mas naqueles que englobam o escravo desde o momento em que assim o é tornado. De modo que existe, por trás da análise racional de um problema, a expressão de concepções do autor sobre o tráfico de escravos acompanhada de fortes tons persuasivos no sentido de demonstrar os males do comércio de homens.

Assim como em muitos autores estudados por Phillip Gould (2003), o que torna a escravidão incômoda para Oliveira Mendes, para além de questões econômicas sobre produtividade ou questões filosóficas sobre a natureza humana, é a barbárie que a acompanha, seja no tráfico ou no campo de trabalho. Essa violência se confunde com a própria natureza do tráfico e da escravidão, uma vez que o autor faz questão de propor meios para o seu desaparecimento. De modo que, consciente de todo o mau trato envolvido no negócio de homens, Oliveira Mendes não se limita a sugerir modificações na infra-estrutura do tráfico, chegando a se envolver com o próprio estatuto da escravidão.

Assim, a compreensão do autor em relação ao tráfico de escravos muito se aproxima daqueles que criaram projetos abolicionistas. Isso ocorre na medida em que sua compreensão acerca do tráfico de escravos abarca uma série de características que sustentaram posteriormente a política abolicionista, o que foi observado por Capela. Para este, há uma

linguagem antiescravista, mas um sentido inverso. Defendo um próprio sentido antiescravista do texto do luso-brasileiro.

Observei, entretanto, por meio da linguagem utilizada, certa convergência entre os representantes do antiescravismo inglês do século XVIII e o autor luso-brasileiro. Assim, alguns dos temas de Oliveira Mendes em relação à escravidão presentes no *Discurso* e na *Memória sobre os costumes* coincidem com os da literatura antiescravista britânica de meados do século XVIII analisada por Gould (2003).

Tais temas são: a hipocrisia que envolve o ideal de resgate dos cativos – “promovendo e autorizando a tirana escravidão” – a partir do qual as nações enganam a si próprias “e não a todos”, o tráfico de escravos enquanto agente fomentador da guerra e da “hostilidade intestina”, o questionamento do caráter de civilizado de nações europeias assim consideradas e que promovem o tráfico, a injustiça que envolve a relação entre a Europa e a África, a crítica a avareza que move os comerciantes de escravos e, ao mesmo tempo, as qualidades de barbárie e de semelhante do africano. Infelizmente, não há menção no *Discurso* sobre possíveis contatos com a literatura antiescravista de seu momento, o que impossibilita aqui uma discussão sobre influências que contaram para sua produção intelectual.

## **Conclusões**

Em se tratando da bibliografia sobre o texto estudado, esses elementos comuns ao *Discurso* e à literatura abolicionista foram ofuscados pelo caráter reformista do texto na interpretação de Capela. Sobre esta, não acredito que seja válida a menção feita pelo autor a uma postura preocupada com o reforço da escravidão. Assim, em minha análise, não observo uma identificação tão clara entre os interesses tradicionais da Coroa, como a manutenção do escravismo, e o interesse do autor do discurso. É importante mencionar que conta, para a interpretação de Capela, o fato de ele ter utilizado a versão reduzida do *Discurso*, na qual, como demonstrado, não se encontra o projeto de lei que sugere o desaparecimento gradativo do tráfico de escravos.

Acredito que o pensamento antiescravista de Oliveira Mendes se torna mais claro na medida em que vários trechos de sua obra tenham desaparecido naquela que é a impressão mais conhecida de seu texto. Estes são trechos que distanciam claramente o autor de uma proposta que visasse meramente o reforço da instituição escravista tal como sugere a interpretação de Capela. Sua manifestação antiescravista, no entanto, tem suas limitações, uma vez considerado o seu devido contexto: cumprir a tarefa de solucionar os obstáculos e

promover o progresso do Império Português e sua presença entre um conjunto de autores, no qual ele também se inclui como visto em outros trabalhos, cuja preocupação é basicamente intervir em questões técnicas, das quais o homem é agente, mas não objeto.

Diferente de Capela, Zorek (2004:28) conclui por enquadrar Oliveira Mendes em uma postura “intermediária”, pois Mendes “sabia que não era possível para a colônia brasileira abrir mão do trabalho escravo, mas, ao mesmo tempo, entendia como constrangedor o tratamento desumano a que os escravos eram submetidos”. Nesse sentido, concordo com o autor na medida em que, no *Discurso*, não há uma consideração da abolição da escravidão, existindo apenas a sugestão de meios que, segundo seu raciocínio, levariam ao desaparecimento do tráfico de escravos. De modo que o autor luso-brasileiro deixa evidente nos últimos momentos de sua obra a sua visualização da possibilidade de um Brasil livre da “escravidão dos pretos a todos odiosa”.

Como a diferença entre as duas edições sugere, seu texto foi objeto de censura, o que não surpreende se levado em conta o próprio histórico português em relação às restrições à circulação de ideias. Os próprios fundadores da Academia de Ciências de Lisboa foram vítimas da censura estatal, “denunciados pelo Intendente Pina Manique como revolucionários” (LIMA, 2009:48).

Outro estudo, o de Oda, por sua vez, credita a Oliveira Mendes um antiescravismo que é percebido a partir das diferenças, e enfatiza esse aspecto, entre as duas versões da obra e que passa a determinar a perspectiva pela qual o autor julgou as situações africanas como um todo. Assim, é interessante observar as diferentes interpretações sobre o autor partindo das edições das fontes utilizadas por cada um deles: os dois primeiros e Marquese se utilizaram da edição curta e não arriscaram atribuir a Oliveira Mendes uma posição antiescravista de fato, enquanto a última, de posse da versão estendida, chegou a fazê-lo.

Observo também, assim como Bruno M. Zorek, uma questão de projeto civilizacional no pensamento de Oliveira Mendes que complementa suas ideias acerca da escravidão no sentido de demonstrar que sua relação com tal instituição vai além de um sentimento de compaixão: existe um projeto civilizacional que acompanha seus trabalhos. O que faz com que, na obra *Memória sobre os costumes*, o autor demonstre uma preocupação com a “incultura e impolidez” que, segundo ele, assolavam a África desde sua origem. Assim, os africanos “vivem em manifesto e comprovado atrasamento, submergidos em tudo que seja infelicidade e infortúnios, degradados até das primeiras idéias”. Com essa memória, o autor pretendeu trazer à luz os “bárbaros costumes” do povo do Daomé para “minorar a nossa

inércia [...] a bem da humanidade, até que acordem uns deveres solícitos a bem da ilustração daqueles povos [...], para que sejam excitados nossos afetos”.

Oliveira Mendes também deve ser compreendido como um representante da ilustração portuguesa, carregando seus trabalhos muitos elementos de tal movimento. Entre estes, cito a valorização do empirismo enquanto o melhor método para a produção do conhecimento, o uso da racionalização para a transformação da realidade e a participação na Academia Real de Ciências de Lisboa. Também sua trajetória de intelectual demonstra seus vínculos com o movimento ilustrado: além de ter realizado estudos teóricos em diversas áreas do conhecimento, fez uso desses para o desenvolvimento de várias invenções.

Como apontado por Zorek (2004), evidencia-se no autor de um modo geral, além dos pontos citados, a valorização da moral familiar e a do trabalho. De modo que suas propostas de reformas em relação à escravidão, entre outras, afirmo, têm seu sentido na finalidade de eliminar a vadiagem e comportamentos moralmente degradantes entre as famílias que contavam com escravos. Outra observação feita por Costa e Silva é a de que Oliveira Mendes demonstrou, no *Discurso*, grande familiaridade com a África, apesar de lá nunca ter estado. Seu contato direto com pessoas que puderam conhecer o continente de perto e o contato com a própria escravidão no Brasil, no entanto, permitiram-lhe a produção de muitas páginas sobre o tema.

Sua obra aqui analisada em destaque, como afirmado por Costa e Silva (2002), constitui uma rara crítica ao tráfico de escravos em Portugal no momento em que ela foi escrita. Por trás de sua produção, de acordo com Capela (1977), há um inegável sentimento de compaixão e humanidade aos quais Zorek (2004) acrescenta um projeto civilizacional, que, afirmo, se torna ainda mais claro no pensamento do autor com outra de sua obra, a *Memória sobre os costumes*, e motiva o seu sentimento antiescravista. De modo que este deriva mais das concepções do autor acerca dos modos do tráfico de escravo do que de uma reflexão sobre a escravidão em si, tal como ocorreu com frequência na literatura antiescravista britânica do século XVIII, como constatado por Gould (2003). Nesse caso, portanto, é a ideia referente ao tratamento humano, tirânico e contra a humanidade, que motiva seu sentimento antiescravista.

#### **Referências bibliográficas**

ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA. *Historia e memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Tomo quinto*. Parte um. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1817.

CAPELA, José. Prefácio. In: MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

CAVALCANTE, Berenice. Os “letrados” da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 53-66, jan/dez 1995.

COSTA E SILVA, Alberto da. A “Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé”, de Luis Antonio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, v. 28, p. 253-294, 2002.

COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, 1966.

GOULD, Philip. *Barbaric traffic: commerce and antislavery in the eighteenth-century atlantic world*. Londres: Harvard University Press, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Apresentação. In: COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, 1966.

LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. 2009. 251 f. (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/514>> Acesso em: 20 jun. 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

MENDES, Luís Antônio de Oliveira. Discurso acadêmico ao programa (...) In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812. Disponível em: <[http://books.google.com/books?id=nJ4EAAAQAQAJ&dq=Memorias+economicas+da+Academia+real+das+sciencias+de+Lisboa+1812&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com/books?id=nJ4EAAAQAQAJ&dq=Memorias+economicas+da+Academia+real+das+sciencias+de+Lisboa+1812&source=gbs_navlinks_s)> Acesso em: 12 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Discurso acadêmico ao programa... (versão alternativa) In: *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812. Disponível em: <[http://books.google.com/books?id=311JAAAAYAAJ&dq=memorias+economicas+academia+real+lisboa+1812&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com/books?id=311JAAAAYAAJ&dq=memorias+economicas+academia+real+lisboa+1812&source=gbs_navlinks_s)> Acesso em: 3 mar . 2011.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, X, 2, 346-361, 2007.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

ZOREK, Bruno de Macedo. *Oliveira Mendes: pensamento e trajetória de um intelectual luso-brasileiro no ambiente ilustrado português*. 2004. 204 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.